TJ-SP considera inconstitucional lei de entrega em faixa de ônibus

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 05/06/2025



A recente decisão do TJ-SP declarou inconstitucional a lei que permitia a circulação de entregadores nas faixas exclusivas de ônibus. Essa deliberação visou garantir a prioridade do transporte coletivo, assegurando a fluidez do trânsito e a segurança de passageiros. O julgamento foi unânime e aponta a necessidade de regras que priorizem a coletividade nas vias urbanas, trazendo um impacto significativo para a mobilidade urbana e a organização do tráfego nas cidades.

No último julgamento, o **TJ-SP** decidiu de forma unânime que a lei municipal que permitia a circulação de entregadores nas faixas exclusivas de ônibus é inconstitucional. Essa decisão é um marco para a gestão do trânsito na cidade.

A lei estava em vigor há pouco tempo e gerou muitos debates entre motoristas, entregadores e órgãos de trânsito. Muitas pessoas apoiavam a ideia, achando que ajudaria nas entregas rápidas. No entanto, a maioria ficou preocupada com a segurança dos passageiros e a fluidez do trânsito.

Os magistrados do TJ-SP analisaram os impactos que essa lei teria nas faixas de ônibus. Eles argumentaram que essas vias devem ser exclusivas para o transporte coletivo. Com isso, o objetivo é garantir que os ônibus cheguem rápido ao seu

destino.

Essa decisão não é apenas sobre entregas. Ela também envolve questões mais amplas de segurança no trânsito e organização da cidade. O TJ-SP ressaltou que as leis precisam ser pensadas com cuidado, sempre visando o bem-estar da população.

A ação de inconstitucionalidade foi promovida por organizações que defendem os direitos de trânsito e da coletividade. Elas ressaltaram que as faixas exclusivas são essenciais para a mobilidade urbana e que a presença de mais veículos pode causar congestionamentos.

Conclusão

Para resumir, a decisão unânime do **TJ-SP** sobre a lei municipal reafirma a importância das faixas exclusivas para ônibus na cidade. Essa medida é fundamental para garantir a segurança e a fluidez do trânsito. A inconstitucionalidade da lei fortalece a ideia de que o transporte público deve ter prioridade nas vias urbanas.

Além disso, a discussão em torno dessa questão nos lembra que devemos sempre pensar em soluções que beneficiem a coletividade. As leis precisam servir ao bem-estar da população, e esse caso é um exemplo claro de como isso pode ser alcançado. Portanto, é essencial que as cidades continuem a buscar melhores formas de gerenciar o trânsito e a segurança de todos os cidadãos.

FAQ – Perguntas frequentes sobre a decisão do TJ-SP sobre a lei municipal

O que o TJ-SP decidiu sobre a lei que permitia entregadores nas faixas de ônibus?

O TJ-SP decidiu que a lei é inconstitucional, reforçando a importância das faixas exclusivas para o transporte público.

Por que as faixas exclusivas para ônibus são importantes?

Essas faixas garantem a fluidez do trânsito e priorizam o transporte público, ajudando a reduzir congestionamentos e melhorar a mobilidade urbana.

Quem questionou a lei que o TJ-SP considerou inconstitucional?

Organizações que defendem os direitos de trânsito e da coletividade promoveram a ação de inconstitucionalidade em defesa da segurança no trânsito.

Como a decisão do TJ-SP pode afetar os entregadores?

A decisão limita o uso das faixas exclusivas por entregadores, exigindo que eles utilizem as demais vias, o que pode impactar o tempo de entrega.

O que acontece agora com a legislação municipal após a decisão do TJ-SP?

A lei municipal que permitia a circulação de entregadores nas faixas exclusivas de ônibus não pode mais ser aplicada, exigindo revisão das normas de trânsito.

Quais são as consequências para a mobilidade urbana na cidade após essa decisão?

A decisão pode melhorar a eficiência do transporte coletivo, reduzindo congestionamentos e otimizando o tráfego nas principais vias da cidade.

Fonte: www.conjur.com.br